ESTADO DE SANTA CATARINA

ATO Nº 518

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve **DETERMINAR**, de acordo com as disposições contidas nos artigos 48, 54 e 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em conformidade com a Portaria ME/STN nº 375, de 08 de julho de 2021, da Secretaria do Tesouro Nacional, a republicação do **Demonstrativo da Dívida Consolidada e do Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, relativo ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2021,** elaborado com base nos dados consolidados, extraídos do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - REPUBLICAÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

Ente: 42 - Santa Catarina
Poder: E - Executivo
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina
Exercício: 2021
Periodicidade: QUADRIMESTRAL
Período: 3º quadrimestre

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida			
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada				
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	24.114.475.029,76	23.691.137.805,54	22.548.619.167,45	22.973.722.924,79
Dívida Mobiliária				0,00
Dívida Contratual	21.358.842.506,11	21.176.491.482,80	20.499.801.705,91	20.289.682.170,21
Empréstimos	10.730.930.478,34	10.692.176.725,21	9.896.805.871,91	9.731.204.843,42
Internos	7.427.800.239,23	7.332.968.441,07	7.031.755.398,75	7.023.439.798,57
Externos	3.303.130.239,11	3.359.208.284,14	2.865.050.473,16	2.707.765.044,85
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	10.095.728.281,06	9.965.147.119,96	9.885.490.773,61	9.885.703.421,53
Financiamentos	3.244.863,84	2.469.194,90	30.269.765,06	17.654.509,01
Internos	3.244.863,84	2.469.194,90	30.269.765,06	17.654.509,01
Externos				0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	528.938.882,87	516.698.442,73	623.612.698,50	608.462.825,22
De Tributos			110.157.541,72	103.862.825,03
De Contribuições Previdenciárias	289.650.761,45	284.004.826,27	286.722.909,47	282.885.104,22
De Demais Contribuições Sociais	239.288.121,42	232.693.616,46	226.732.247,31	221.714.895,97
Do FGTS				0,00
Com Instituição Não Financeira				0,00
Demais Dívidas Contratuais			63.622.596,83	46.656.571,03
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	2.350.505.690,10	2.257.667.015,81	2.006.859.476,62	2.635.865.876,90
Outras Dívidas	405.126.833,55	256.979.306,93	41.957.984,92	48.174.877,68
DEDUÇÕES (II)	5.092.391.146,97	6.857.687.888,28	7.574.881.144,48	6.492.802.220,00
Disponibilidade de Caixa	4.816.501.665,08	6.547.322.433,37	7.389.984.359,35	6.241.461.432,67
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.015.500.625,96	6.562.038.907,15	7.393.772.376,51	6.628.676.418,59
(-) Restos a Pagar Processados	198.998.960,88	14.716.473,78	3.788.017,16	387.214.985,92
Demais Haveres Financeiros	275.889.481,89	310.365.454,91	184.896.785,13	251.340.787,33
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	19.022.083.882,79	16.833.449.917,26	14.973.738.022,97	16.480.920.704,79
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	26.861.365.172,05	28.415.531.230,03	30.208.447.643,34	31.050.771.461,09
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	14.255.227,00	11.220.000,00	1.508.369,18	11.237.426,00
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	26.847.109.945,05	28.404.311.230,03	30.206.939.274,16	31.039.534.035,09
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	89,82	83,41	74,65	74,01
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	70,85	59,26	49,57	53,10
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	53.694.219.890,10	56.808.622.460,06	60.413.878.548,32	62.079.068.070,18
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	48.324.797.901,09	51.127.760.214,05	54.372.490.693,49	55.871.161.263,16
Outros Valores Não Integrantes da DC				
Precatórios Anteriores a 05/05/2000				0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)[2]				0,00
Passivo Atuarial	217.828.735.208,02	217.828.735.208,02	217.828.735.208,02	87.324.075.230,01
Insuficiência Financeira				0,00
Depósitos e Consignações Sem Contrapartida				0,00
RP Não-Processados	684.458.664,22	5.362.455,34	4.091.757,73	1.381.410.655,75
Antecipações de Receita Orçamentária - ARO				
Dívida Contratual de PPP				
Apropriação de Depósitos Judiciais	720.539.225,35	720.539.225,35	720.539.225,35	772.408.662,45

FONTE: SIGEF/SC. Emissão: 23/02/2022. Assinado Digitalmente.

Notas Explicativas

1. Este demonstrativo foi elaborado com base nos valores gerados automaticamente pelo Siconfi para o 3º quadrimestre e valores publicados no 1º e 2º quadrimestre de 2021. No entanto, considerando as informações gerenciais não previstas no Mapeamento dos Demonstrativos Fiscais, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foram editados os seguintes campos:

a) Na linha De Tributos foi incluída a dívida do Estado com o Fundeb, Lei 17.053/2016, no valor de R$ 103.862.825,03. A dívida está registrada nas contas contábeis 2.1.5.2.5.02 e 2.2.5.2.5.02.00.00 Repasse Municípios – FUNDEB. Estas contas ainda não foram incluídas pela STN no mapemando.

b) Na linha Demais Dívidas Contratuais foi considerada apenas a dívida registrada na Unidade Gestora 520099 - Diretoria do Tesouro, pois as demais dívida registradas nas contas mapeadas não são abrangidas pelo conceito de Dívida Consolidada.

c) Na linha Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos foram considerados os precatórios previdenciários contabilizados na Unidade Gestoral 470076 - Fundo Financiro do RPPS/SC, no valor de R$ 201.474.167,80, pois conforme estabelecido na Lei Complementar estadual nº 412/2018, esta dívida deve ser quitada com recursos do Tesouro Estadual. Além disso, foram considerados os precatórios registrados nas conta contábies INTER, no valor R$ 183.216.145,54, contas estas não previstas pela STN no mapeamento .

d) Na linha Disponibilidade de Caixa Bruta foi deduzido o valor de R$ 6.734.997.696,00 relativo aos depósitos de terceiros, contabilizados na fonte extraorçamentária 9.9.99.

e) Na linha Restos a Pagar Processados o mapeamento da STN considera contas de execução orçamentária (6.2.2.1.3.07) e contas de controle de inscrição de restos a pagar (6.3.1.3, 6.3.2.1 e 6.3.2.7) o que acabou gerando valores duplicados. Dessa forma, foi editado o valor considerando apenas os restos a pagar inscritos com base no Balancete de Encerramento do SIGEF, contas contábeis 6.3.2.1 e 6.3.2.7. Além disso, foram deduzidos os valores dos precatórios a pagar inscritos em Restos a Pagar, no valor de R$ 39.532.449,30, em conformidade com o disposto no MDF, o qual orienta que Restos a Pagar Processados de valores inscritos em Dívida Consolidada devem ser desconsiderados.

f) Na linha Depósitos e Consignações Sem Contrapartida foi editado o valor para zero, pois os depósitos (fonte extraorçamentária) e consignações (fonte extraorçamentária) possuem disponibilidade de caixa para suas respectivas quitações.

g) Na linha Apropriação de Depósitos Judiciais o mapeamento da STN considera contas de passivo circulante e não circulante. Em Santa Catarina os valores correspondentes a apropriação dos Depósitos Judiciais de Terceiros (EC nº 94/2016) estão contabilizados na conta de passivo não circulante. Os valores registrados nas contas de passivo circulante correspondem aos valores dos Depósitos Judiciais contabilizados no Tribunal de Justiça. Dessa forma, foi editado o valor para corresponder ao saldo da Apropriação dos Depósitos Jucidiais de Terceiros (EC nº 94/2016), conforme prevê o MDF.

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - REPUBLICAÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2021

Ente: 42 - Santa Catarina
Poder: E - Executivo
Instituição: 192 - Governo do Estado de Santa Catarina
Exercício: 2021
Periodicidade: QUADRIMESTRAL
Período: 3º quadrimestre

LRF, art. 48 - Anexo 6

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida	31.050.771.461,09
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	31.039.534.035,09
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	31.015.355.302,09

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	13.380.288.445,83	43,14
Limite Máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF)	15.197.524.098,02	49,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	14.437.647.893,12	46,55
Limite Alerta (inciso II do §1º do art . 59 da LRF)	13.677.771.688,22	44,10

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada Líquida	16.480.920.704,79	53,10
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	62.079.068.070,18	200,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total das Garantias	1.682.763.838,88	5,42
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	6.828.697.487,72	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	4.966.325.445,61	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.172.767.382,46	7,00

RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	1.225.250.680,75	3.507.759.513,05

FONTE: Anexos do RGF - 3º Quadrimestre 2021 - Emitido em 23/02/2022. Assinado Digitalmente.

CARLOS MOISÉS DA SILVA
GOVERNADOR DO ESTADO

PAULO ELI
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

CRISTIANO SOCAS DA SILVA
CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO